

ENTRETEXTUALIDADE: A RELAÇÃO SUJEITO-VERSÕES NA ANÁLISE DO DISCURSO PECHEUTIANA

Adriana Pozzani de La Vielle e Silva*

Resumo: Apresentamos nossa proposta de abordagem discursiva da relação sujeito-versões, proposta essa que foi criada por nós em dissertação de mestrado. Tomando como objeto de análise o processo discursivo de reformulação de livros, focamos a relação travada entre sujeito-autor-revisor e versões de um livro seu. A análise permite compreender aspectos essenciais do funcionamento do referido processo discursivo.

Palavras-chave: reformulação; sujeito; memória.

INTRODUÇÃO

*“O que foi, isso é o que há de ser; e o que se fez,
isso se tornará a fazer; de modo que nada
há novo debaixo do sol.”
(Ec 1:9)*

■ **E**ste texto¹ se edifica a partir de algumas de nossas pesquisas anteriores – sobretudo, a dissertação – e se propõe apresentar à comunidade acadêmica em geral a proposta por nós elaborada, de abordagem discursiva da relação entre um sujeito-autor-revisor e versões de um livro de sua autoria. O presente artigo se filia, portanto, à análise do discurso tradicionalmente pecheutiana (AD), a qual tem sustentado nossa produção científica.

A relação do sujeito-autor-revisor com versões de seu livro reclama ser investigada por sinalizar a possibilidade de novas reflexões sobre a natureza das re-

* Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da rede pública de ensino.

1 A pesquisa da qual resulta este artigo recebeu apoio da Capes.

lações entre um texto e a exterioridade que dele é constitutiva. Ora, em AD, tais relações não podem ser rotuladas como *intra-* ou *autotextualidade*, e isso por motivos que exporemos mais adiante.

Tomamos, pois, como objeto analítico o que temos chamado de processo discursivo de reformulação de livros, delimitando tal reformulação como sendo, estritamente, aquela de ordem autoral que, efetuada em livros impressos basilares, tanto incide sobre metalinguagem ao ressignificar conceitos fundantes quanto implica reconfiguração de saberes próprios à ciência no interior da qual o sujeito-autor do livro se situa (SILVA, 2009).

Como pensar, no interior desse processo discursivo, a especificidade típica da relação estabelecida entre versões de um dado livro? De que modo se pode entrever, especialmente na materialidade das notas e/ou prefácios do autor sobre a nova edição, a forma como o sujeito-autor-revisor se relaciona com as versões de seu livro? Tais são as questões norteadoras desta reflexão.

Adiantemos, por fim, ao leitor o percurso a ser trilhado: inicialmente, discute-se a noção de “entretextualidade”, categoria conceitual que outrora criamos para dar conta do objeto de análise; após, analisam-se *sequências discursivas de referência* (COURTINE, 1981); finalmente, tecem-se alguns comentários que encaminham às conclusões.

ENTRETEXTUALIDADE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Quem quer que se aventure a fazer um estudo teórico acerca das categorias conceituais que, em estudos linguísticos e literários, foram já criadas para referir relações entre textos logo deparará com a posição metodológica de que um texto é o ponto de intersecção das mais variadas vozes provenientes de práticas de linguagem socialmente diversificadas. Não há, pois, texto por si, já que falar/escrever implica sempre a retomada – seja para repetir, seja para deslocar – de toda uma série de outros textos. Nessa direção, não há como produzir um texto (escrito ou falado) sem que, de algum modo, se faça ali ressoar o já-dito, o já-escrito.

O texto é, pois, um “mosaico de citações”, como lembra Kristeva (1969) a partir de Bakhtin. Nessa linha de pensamento é que Genette (1982) teoriza sobre *trans-/hiper/meta-/arqui-/paratextualidade*; Koch (2000) e Sant’Anna (1985), por exemplo, falam em *inter-* e *intra-/autotextualidade*. Em nosso caso, cabe destacar a *intertextualidade* – compreendida, de modo geral, como relação entre textos, de modo a supor em um a presença implícita/explicita de outros (via alusão, citação, ridicularização, imitação etc.) – e a *intra-* ou *autotextualidade*, geralmente definida como relação intertextual entre textos de um mesmo autor.

Diante disso, poder-se-ia talvez invalidar nossa proposta de forjar uma nova categoria teórica, afirmando-se que existem já modos específicos (auto-/intra-textualidade) para pensar a relação entre versões em nosso objeto de análise. Ocorre que nem *auto-* nem *intratextualidade* são termos adequados para figurar no escopo teórico da análise do discurso tradicionalmente pecheutiana, a qual, aliás, já contém em seu quadro conceitual uma noção de *intertextualidade* (tal noção, porém, se aplicada ao caso que nos concerne, homogeneiza relações textuais de ordens distintas). Então, por que não procede dizer que o processo discursivo de reformulação de livros coloca em cena uma *intra-/autotextualidade*?

Justifiquemos inicialmente a impropriedade desta última designação, para em seguida justificar a do termo *intratextualidade*. Por que não denominar *autotextualidade* a relação que, no processo discursivo em tela, se trava entre uma edição e sua nova versão? Em gramáticas, o prefixo *auto-* designa algo que implica “si mesmo”; ora, adotar o termo *autotextualidade* não procederia em AD visto que essa teoria rejeita não só a hipótese de haver texto por si mesmo (fechado, acabado, completo), mas também a hipótese de operar com um sujeito plenamente consciente de si e de suas “intenções”.

A questão crucial aqui é, na verdade, mais ampla e consiste em lembrar que a reformulação em exame não decorre do mero capricho de um sujeito-autor que, a certa altura de sua jornada de pesquisador, se cansa de formular X ou Y. Ao contrário: trata-se de uma reformulação resultante do trabalho de um sujeito (situado institucionalmente, logo, atravessado por *n* discursos) induzido a formular. Nessa tarefa, o sujeito tem como pano de fundo toda uma conjuntura sócio-histórica que tanto lhe impõe quanto lhe fornece (via discursos de outrem, ou discurso das próprias “descobertas” científicas do sujeito-autor-revisor) os meios teórico-epistemológicos para a mudança de posicionamento (da qual resulta, pois, a edição revista).

Exposto isso, pode-se avançar e justificar o porquê da impropriedade da outra forma de designação, a *intratextualidade*, frequentemente mencionada como sinônima daquela de que se falou anteriormente. Por que rejeitar, em AD, também a hipótese de uma relação *intratextual* entre “edição de partida” e edição revista, e isso em prol da elaboração de um novo termo, qual seja, “entretextualidade”? Ora, aquele termo causaria estranhamento, pois daria margem (pelo prefixo, justamente) a que se pensasse em reformulações apenas intradiscursivas (por alguma analogia entre *intratextual* e *intradiscursivo*), o que não corresponde exatamente ao caso que nos mobiliza, visto que, se, por um lado, a dimensão linguística é imprescindível, por outro, estão em cena reformulações nas quais o “isto é” nem sempre se materializa linguisticamente.

Lembre-se de que o intradiscurso, para Pêcheux (1988, p. 166), remete “ao funcionamento do discurso com relação a si mesmo” (o que se diz agora com relação ao que se disse antes e se dirá depois; logo, o “conjunto dos fenômenos de ‘co-referência’ que garantem aquilo que se pode chamar o ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito”).

Entende-se, por aí, que Pêcheux quer colocar esse “antes” e “depois” na linearidade mesma daquilo que é dito, mobilizando para tanto, até mesmo, uma expressão de Authier-Revuz (“fio do discurso”). Em nosso objeto de análise, o “antes” e o “depois” que interessam transcendem a linearidade (o intradiscurso), mas não são elementos interdiscursivos. Diríamos que se trata de uma dada modalidade de reformulação cuja natureza se situa no *entremeio* entre *inter-* e *intradiscursos*, ou seja, no domínio de memória, domínio esse que compreende – resgatemos de Courtine (1981) – uma “pluralidade contraditória” de sequências discursivas.

Assim, interdiscurso e intertextualidade remetem a uma exterioridade constitutiva, ao passo que intradiscurso e intratextualidade o fazem àquilo que está sendo (re)formulado no fio do discurso do sujeito (isto é, na linearidade).

Com base numa extensa reflexão (SILVA, 2009) sustentada pela AD, definiremos a *entretextualidade* como referente às relações (inter)textuais entre um dado texto e suas outras versões, quando essas são reformulações elaboradas

pelo *próprio* sujeito-autor da “edição de partida” (a qual passa a figurar no domínio de memória da edição revista). Na medida em que admitíamos haver certo tipo de intertextualidade (absorção e transformação) entre os textos de uma dada edição de partida e a edição revista dela decorrente, a questão “sinonímica” entre os prefixos *inter-* e *entre-* não constituiu problema, justificando-se a aplicabilidade do prefixo *entre-* à categoria que outrora forjamos.

A *entretextualidade*, tal como a concebemos, tem por especificidade se diferenciar do caso que implica textos de diferentes sujeitos; e sinaliza, notadamente, para a dialética entre ser o mesmo livro e ser outro dissimulado sob a identidade (o título) da versão original. É fundamental lembrar, então, que essa categoria emergiu à luz de um prisma sustentado pela AD, e, nessa medida, não cabe, efetivamente, buscar-lhe equivalentes em outras teorias.

Além disso, ao relacionar-se com o dizível de uma *formação discursiva* (FD), logo, com questões de ordem *ideológica*², tal categoria difere do modo como outras áreas de saber propõem abordar o trabalho do sujeito sobre as próprias formulações desse. Certamente, é central para nós, na relação entre versões, o sujeito responsável por estabelecer tal relação, sujeito esse que, capturado (pela análise) na rede de contradições históricas em que se coloca, produz novos sentidos ao reformular, afeta as redes de memória que constituem o campo de saber (a FD) no qual ele (sujeito) se constitui como tal.

No interior da AD, nosso conceito se situa entre as relações que um texto estabelece com a exterioridade que lhe é constitutiva, as quais são, segundo Indursky (2001), de ordem *contextual* (contexto cultural, político, sócio-histórico etc.), *interdiscursiva* e *(inter)textual*. Inserimos, pois, aí mais uma ordem de relações, por acreditarmos que a “edição de partida” integra a exterioridade constitutiva da edição revista, figura no domínio de memória dessa e, conforme gestos de interpretação de um sujeito-leitor, ressoa no intradiscurso da nova edição via memória discursiva.

O FUNCIONAMENTO DA ENTRETEXTUALIDADE NO PROCESSO DISCURSIVO DE REFORMULAÇÃO

O que mais seria capaz de levar à reformulação de um livro – diante de todo o trabalho e custo econômico que isso implica – senão posições ideológicas incipientes emergindo no interior de um determinado campo de saber, ou, mais tecnicamente, no interior de uma dada formação discursiva? Vejamos as sequências discursivas a seguir, não sem antes esclarecer o sistema de notações que usamos: SD = sequência discursiva; EP = edição de partida; ER = edição revista; e Ø indica ausência de formulação passível de cotejo. Itálicos são nossos.

(SD1)

EP – Ø

ER – A partir de certa altura de sua jornada, teve este livro o texto estereotipado, e, pois, irrefundível./ Em razão disso, não pôde o Autor, muito a seu mal-

2 Lembre-se da relação existente entre as formações *discursiva* e *ideológica*, sabendo que o discurso é a instância material da ideologia.

grado, carrear para a obra novas idéias, novas doutrinas, novos métodos – enfim, a visão nova que passou a ter, [...] (ROCHA LIMA, 1972, p. X).

(SD2)

EP – Pelo fato de haver escritura e não mais somente leitura, a crítica diz algo que a obra estudada não diz, mesmo que pretenda dizer a mesma coisa. Pelo fato de elaborar um novo livro, a crítica suprime aquele de que fala. / Há graus nessa transgressão da imanência. / No caso da descrição, o objeto de estudo é esta ou aquela obra literária particular; o objetivo é permanecer tão próximo quanto possível da obra propriamente dita (TODOROV, 1970, p. 13).

ER – Pelo fato de haver escritura e não mais somente leitura, o crítico diz algo que a obra estudada não diz, mesmo que pretenda dizer a mesma coisa. Pelo fato de elaborar um novo livro, o crítico suprime aquele de que fala. / O que não quer dizer que essa transgressão da imanência não tenha graus. / Um dos sonhos do Positivismo em Ciências Humanas é a distinção, ou seja, a oposição entre interpretação – subjetiva, vulnerável, enfim, arbitrária – e descrição, atividade certa e definitiva. Desde o século XIX, formularam-se projetos de uma “crítica científica” que, tendo banido toda “interpretação”, não seria mais que pura “descrição” das obras. [...] (TODOROV, 1976, p. 12-13).

Na relação sujeito-versões, a constatação de mesmo/outro é relativamente mais visível, porque colocada, de algum modo, pelo próprio sujeito. Porém, quando se sai do espaço de notas (ou prefácios) do autor, a superfície textual da ER, por si só, não permite entrever a separação entre “mesmo” e “outro”: a costura entre esses é perfeita, homogênea, resultante do trabalho de textualização efetuado pelo sujeito-autor-revisor.

Lembre-se de que, de acordo com Indursky (2001), esse trabalho, ao promover a ilusão de homogeneidade da superfície textual, faz emergir o “efeito-texto”, pelo qual se cria a impressão de que tudo o que havia de ser dito (diríamos: reformulado) efetivamente o foi por um sujeito suposto como origem daquilo que se apresenta como “seu texto”, ou, no caso, como edições de “seu livro”.

Materializados pela língua, discursos outrora dispersos “transformam-se” no discurso do sujeito, visto que este se apropriou dos saberes. A ER é, pois, um mosaico formado tanto pela presença do discurso de outrem quanto pelo retorno do discurso do próprio sujeito-autor-revisor.

O trabalho do sujeito, portanto, reconstrói de tal modo a nova edição, que diferenças e semelhanças com a anterior só são perceptíveis, se não por cotejo direto, então via memória discursiva, uma vez que, na materialidade linguística, apagam-se perfeitamente os vestígios do avesso textual da edição revista, a saber, a edição de partida. A escrita da ER é atravessada por ecos da EP: a edição anterior emerge e atesta *memorialmente* a exterioridade constitutiva da edição revista.

É desse modo que se instaura o que temos proposto chamar de *entretextualidade*, na medida em que uma nova versão do texto já publicado, escrita pelo mesmo sujeito-autor, surge e, justamente em razão do trabalho discursivo desse sujeito, passa a estabelecer uma relação de natureza *entretextual* com a edição anterior (distinta linguístico-historicamente). A *entretextualidade* sinaliza a dialética entre “mesmo” e “outro” inerente ao processo discursivo de reformulação aqui investigado.

As relações que o texto da edição revista estabelece com a exterioridade que lhe é constitutiva ficam nítidas pela análise conjunta de sequências discursivas, uma vez que assim se podem ver: a) as relações *contextuais*, explicitadas pelas datas de publicação; b) aquelas que designamos *entretextuais* (entre EP e ER); c) também as relações *intertextuais*, afinal, enunciações de outrem induziram a reformulações, o que, às vezes, é ali mencionado; e d) as relações *interdiscursivas*, que não permitem identificar origens precisas (INDURSKY, 2001), mas sim remetem a toda uma vasta rede de formulações já-ditas, dispersas; trata-se, pois, nesse caso, de uma inevitável voz anônima; precisamente, o “*ça parle*” de que fala Pêcheux (1988). Assim, com a emergência da edição revista, também a edição de partida passa a integrar sua exterioridade constitutiva.

Vale dizer, por fim, que se pensadas no escopo teórico-metodológico da análise do discurso tradicionalmente pecheutiana, nem *entretextualidade*, nem *intertextualidade* referem exatamente relações entre *textos*. Ora, se compatíveis de fato com o que a AD teoriza acerca da categoria *texto*, então se deve lembrar que tanto *entre-* como *intertextualidade* relacionam entre si um *efeito-texto* com outros (sejam produções atribuídas ao próprio sujeito, como no caso da entretextualidade, sejam produções atribuídas a outrem, como no segundo caso).

São, pois, relações tecidas entre dois *espaços discursivos heterogêneos* constituídos em permanente trabalho de estruturação/desestruturação/reestruturação (INDURSKY, 2001) efetuado pelo sujeito-autor-revisor.

PARA CONCLUIR

Conceber a entretextualidade permitiu não só ressaltar a especificidade da relações entre um sujeito e versões de seu texto, mas, igualmente, desde nossa posição discursiva, defender que todo texto é, na verdade, absorção e transformação de outro, ainda que esse “outro” seja ele mesmo, reconstruído pelo processo discursivo de reformulação.

A partir daí, viu-se que o processo discursivo de reformulação de livros é radicalmente atravessado pela contradição, uma vez que não se trata de opor uma edição X à sua edição revista Y, mas de fazer equivaler, como semelhantes de modo geral (ou seja, no “pensamento diretor”), duas edições internamente distintas.

Se se toma o alerta de Pêcheux (1993), de que um discurso sempre remete para outros, sempre atualiza outros, então, mesmo o livro de partida é, igualmente, uma edição atualizada (ainda que sequer o pretenda ou afirme), na medida em que atualiza em novas formulações uma série de enunciados já-ditos em outras ocasiões por outros sujeitos (e até pelo mesmo).

A entretextualidade estabelecida entre as formulações da ER e aquelas da EP é, pois, o meio de flagrar a passagem de um modo enunciativo a outro, capturando os embates do sujeito *com a ideologia* no exato instante em que tais embates põem em jogo a fronteira entre enunciável e não-mais-enunciável no interior de uma formação discursiva.

REFERÊNCIAS

COURTINE, J.-J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours. *Langages*, v. 62, p. 9-127, juin 1981.

- GENETTE, G. *Palimpsestes – La Littérature au seconde degré*. Paris: Seuil, 1982.
- INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, A.; FUNCK, S. B. (Org.). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001. p. 27-42.
- KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- KRISTEVA, J. *Σημειωτική – Recherches pour une sémanalyse*, Essais. Paris: Seuil, 1969.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni P. Orlandi et al. Campinas: Unicamp, 1988.
- _____. *Análise automática do discurso*. Tradução Eni P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1993. p. 61-161.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1959.
- _____. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 15. ed. refundida. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1972.
- SANT'ANNA, A. R. de. *Paródia, paráfrase & cia*. São Paulo: Ática, 1985.
- SILVA, A. P. L. V. *Entretexutualidade nas fronteiras do enunciável: um olhar sobre o processo discursivo de reformulação de livros*. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- TODOROV, T. *Estruturalismo e poética*. Tradução José P. Paes. São Paulo: Cultrix, 1970.
- _____. *Estruturalismo e poética*. 4. ed. rev. ampl. cf. ed. franc. de 1973. Tradução José P. Paes e Frederico P. Barros. São Paulo: Cultrix, 1976.

SILVA, A. P. de La V. e. Entertextuality: the relation subject-versions on pecheutian theory of discourse analysis. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 101-107, 2010.

Abstract: *We expose our proposal for discursive approach of the relation subject-versions, such proposal which had been created by us in our dissertation. By taking for object of analysis the discursive process of books reformulation, we focus on the relation which are established between the subject-author-reviser and two versions of a book of him. The analysis makes possible for one to comprehend some essential aspects of the functioning of the referred discursive process.*

Keywords: *reformulation; subject; memory.*